



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA**

MARIA OLIVIA VILELA BARBOSA

**PENSANDO O ENSINO DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO
BÁSICA – NARRANDO MINHAS EXPERIÊNCIAS COMO
PROFESSORA DE MÚSICA E COMPARTILHANDO MINHAS
QUESTÕES SOBRE A PRÁTICA DOCENTE**

**RIO DE JANEIRO
2016**

MARIA OLIVIA VILELA BARBOSA

**PENSANDO O ENSINO DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO
BÁSICA – NARRANDO MINHAS EXPERIÊNCIAS COMO
PROFESSORA DE MÚSICA E COMPARTILHANDO MINHAS
QUESTÕES SOBRE A PRÁTICA DOCENTE**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia, Escola de Educação, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Luiza Sússekind

RIO DE JANEIRO

2016.

MARIA OLIVIA VILELA BARBOSA

**PENSANDO O ENSINO DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO
BÁSICA – NARRANDO MINHAS EXPERIÊNCIAS COMO
PROFESSORA DE MÚSICA E COMPARTILHANDO MINHAS
QUESTÕES SOBRE A PRÁTICA DOCENTE**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia, Escola de Educação, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. MARIA LUIZA SÜSSEKIND
(ORIENTADORA)

Prof^a. Dra. CARMEN SANCHES SAMPAIO
(AVALIADORA)

RIO DE JANEIRO

2016.

Agradecimentos Especiais

À minha filha Maria Vitória, “viver e não ter a vergonha de ser feliz”, a quem dedico a conclusão deste curso,

À minha companheira de todas as horas Rose Serra, importantíssima nessa caminhada, minha gratidão,

À minha psicóloga e também da minha filha Cristina Hoyer, por ter me sugerido o curso de Pedagogia, um caminho que trilhei com muita seriedade, dedicação e expectativas positivas frente à minha futura vida profissional na interface das áreas de música e educação,

À Dinda Fafá, que me possibilitou realizar os meus estágios acadêmicos ao me ajudar no cumprimento do meu papel de acompanhante nas diversas terapias da minha filha,

À Val, pelos seus cuidados com muito carinho da minha filha e da minha casa
Aos amigos, que acompanharam esses difíceis cinco anos minha gratidão pela torcida

A minha linda turma, especialmente o meu parceiro e querido amigo Geraldo Vasconcellos, o meu Geraldinho, pela vivência afetiva, com companheirismo, seriedade, solidariedade, humor e alegria, uma amizade para toda vida.

A minha Orientadora Maria Luiza Sússekind Luli, uma descoberta muito especial que tive no curso, que lamento só a ter conhecido e a seu grupo de pesquisa no meu último ano de faculdade, pelas muitas leituras e encontros produtivos de troca de conhecimentos.

Aos professores maravilhosos, que me ampliaram o leque de conhecimento com sua competência e dedicação e que me proporcionaram uma convivência afetiva e solidária.

Aos profissionais Aldo Furriel, Cláudio Bergamini, Felipe Radicetti e Gilberto Figueiredo, pelas trocas comigo sobre música, que ampliaram os meus conhecimentos, com suas contribuições e suas experiências sobre o ensino da música nas escolas e a importância da utilização da música no processo ensinoaprendizagem para os estudantes do ensino básico.

“Entre as mais interessantes perguntas não respondidas de nosso tempo está a que indaga quais características estruturais fazem as criações de uma determinada pessoa sobreviverem ao processo de seleção de uma série de gerações, sendo gradualmente absorvidas no padrão das obras de arte socialmente aceitas, enquanto as de outras pessoas caem no mundo sombrio das obras esquecidas”. (NORBERT ELIAS, 1995. P. 52)

Música para quê?

(Maria Olívia)

Música pra amar, pra doer
Para conhecer a alma
Música pra sofrer
Pra ser feliz, para amanhecer
Entardecer, anoitecer
E vagar na madrugada

Música é dia, é sol, é chuva
Está no vento, na natureza
Em tudo que tem beleza
Na paz, na harmonia
No dia, na noite
No acoite e na calmaria

Música para envelhecer
Para nascer e ressuscitar
Música pra esclarecer
Música para eternizar
Música pra conhecer você

Música para aprender e ensinar
Para ler, para rimar
E desconstruir
Construir e louvar
Para enriquecer o saber

Música para sorrir
Música para malhar
Correr, andar, dormir
Música para interagir
Com a Comunidade

Para diminuir a desigualdade
Música para colorir a cidade
De sons e sonhos
Pra canções, pra palavras
E ritmos

Música existe em tudo,
Em tudo o que tem vida
Música para interligar o cognitivo
E ligar o abismo
Entre o “eu e os outros eus”
Que carrego comigo

Música pra dar abrigo
E estender a mão
Música pra chamar de irmão
Brother, camarada

Sem música a vida não é nada
É vazia até de silêncio!
Música para quê mesmo?

RESUMO

Este trabalho reflete as minhas questões quanto à obrigatoriedade do ensino da música nas escolas públicas e as minhas experiências com a música enquanto profissional da área e professora de música. Corrobora a minha convicção da importância da música existir enquanto possibilidade para os estudantes de escolas públicas, como uma oportunidade a mais na sua formação e na aquisição de conhecimentos multidisciplinares nas trocas de conhecimentos, na formação de rizomas e nas redes que tecem as ecologias de saberes como nos pontua Boaventura Santos (2007) que *conhecimento é interconhecimento*. Ressalto ainda, acreditar que a música por ser um componente da natureza é importante na nossa formação enquanto seres humanos responsáveis pela mesma e acredito na abordagem desse tema como pertinente para o momento atual, uma vez que reconhecemos a importância de uma educação integral nas escolas públicas.

Palavras-chave: Escola Pública; Música; Obrigatoriedade; Experiência docente.

ABSTRACT

This work reflects my questions about the mandatory teaching of music at public schools and about my personal experiences as a musician and a music tutor. Throughout the work, I stress my conviction on the importance, to public schools' students, of having the possibility of studying music, as an additional opportunity in their formation and in the processes of acquiring and exchanging multidisciplinary knowledge. Moreover, it lays the roots and weaves the nets that build the knowledge ecologies of which speaks Boaventura Santos (2007): knowledge is interknowledge. I believe that music, being part of nature, is important in our formation as environmentally responsible human beings. Acknowledging the importance of integral education in public schools, I also believe it is pertinent to approach this subject at this moment.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	13
Capítulo 1:	
1.1: O Ensino de Música nas escolas públicas do Brasil - breve histórico	20
1.2: A criação da Lei 11.769 que obriga a inclusão do ensino da música na educação básica	21
1.3: A minha experiência com a música	23
Capítulo 2:	
2.1: A importância da inclusão da Música no Ensino Básico	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
BIBLIOGRAFIA	38

APRESENTAÇÃO

Eu imagino que quando nos fundimos com o que somos perdemos a capacidade de ver o diferente. Então nos tornamos incapazes de experimentar a singularidade. E é uma coisa paradoxal, pois para entender-se como singular você precisa distanciar-se de si mesmo. (PINAR, 2014, p.83)

A escolha deste tema foi motivada pela minha formação musical e por reconhecer a importância que a música teve para a minha formação, enquanto ser humano. Consequentemente, através da minha experiência, firmei a convicção de que o ensino da música é transformador, se bem estruturado através do currículo e *do local em si*, e de uma maneira integrada na formação do curso. Penso que faz diferença na formação das crianças nas escolas públicas.

Esse trabalho pretende refletir sobre algumas questões que envolvem o ensino de música, a sua aplicabilidade e a sua inserção enquanto matéria, atualmente obrigatória, mas não necessariamente obrigatória como disciplina, mas sim como conhecimento, no currículo do ensino básico nas escolas. No nosso caso, por uma opção social, falaremos sobre a inclusão da música nas escolas públicas. Porém futuramente pretendo desenvolver melhor esse tema através de uma pós-graduação e do curso de mestrado, onde eu possa aprofundar o estudo sobre o ensino e experiências de música na escola pública.

A minha experiência como professora foi decisiva para a minha percepção e posicionamento sobre a importância e necessidade do ensino de música, pelo convencimento de que a sua inserção na formação escolar pode provocar em estudantes a descoberta e gosto pelas diferentes modalidades de arte, através da iniciação pela música, atividade de gosto universal que provoca a abertura para as demais artes, durante a vida toda. Reitero, portanto, que defendo a obrigatoriedade apenas da oferta do ensino de música, assegurando-se opção pelos estudantes de adesão ou não por essa oferta não provocará a rejeição de estudantes por esse conhecimento.

Tal experiência docente deu-se durante 5 (cinco anos), como professora de Música nas disciplinas *Percepção e Prática de Conjunto* no Centro Cultural (COART) da UERJ; como professora de aulas de reposição de harmonia, como Monitora de aulas em grupo de percepção no Centro Musical (CIGAM), e nas minhas experiências em aulas particulares de percepção e violão para crianças.

Entendendo este momento atual como pertinente para a abordagem deste tema, uma vez que reconhecemos a importância de uma educação integral nas escolas públicas, é oportuna a discussão sobre multidisciplinaridade trazendo as artes em geral, e em especial, a música, a dança, a representação em pequenas peças teatrais, atividades essas como partes importantes, enquanto diversidade de modalidades para suscitar aprendizagens, motivação e prazer nas crianças.

Ainda temos um modelo de educação meio esquisito, em que o melhor da escola para a criança é a hora do recreio, ainda não conseguimos fazer uma escola para a criança que ela tenha prazer em estudar, neste sentido que eu falo que sou contra a obrigatoriedade do ensino de música nas escolas, com medo da criança encontrar um professor chato, obrigando coisas chatas, então quando queremos fazer coisas que agradem estas crianças, fazemos não importando o nome. Portanto, quando se quer, se realiza um bom trabalho, mesmo não existindo no currículo oficial. (SOBREIRA, RJ, 2014)

Santos (2007) defende que numa perspectiva de ecologia de saberes podemos pensar a música como um conhecimento que pode contribuir para a formação da cidadania, para os valores de respeito ao outro, para o exercício de espírito solidário, de aceitação das diversidades, para apreensão e interação com outras culturas e, especialmente, para a construção do espírito e práticas coletivas, tão escassas na contemporaneidade.

INTRODUÇÃO

A minha abordagem desta temática dar-se-á amparada na minha experiência como professora de música, em publicações de autores que tratem da relação música e educação e, também, como metodologia, utilizando o diálogo com professores da rede pública que tiveram experiências diferenciadas com música, contribuições estas das quais extrairei subsídios para a realização deste trabalho.

De início, ressalto que sou contra a obrigatoriedade do ensino de música nas escolas da educação básica, mas defendo que esta seja ofertada enquanto uma atividade optativa, disponível para aqueles que queiram entender um pouco desse universo musical, pertencer a ele ou até mesmo como uma hora de prazer e “desobrigação”. Isto porque penso que obrigatoriedade e arte não constituem uma relação desejável porque o amor à arte é um potencial guardado dentro do ser humano, que requer condições e motivações que o façam brotar, que o impulsionem vir à tona, e se tornar, como consequência, uma presença a ser desfrutada, para ser vivida. Portanto, a obrigatoriedade seria um resultante e não uma condição.

Tendo em vista a necessidade de fundamentação sobre a inserção da disciplina de música nas escolas, identifiquei alguns autores que tratam do tema currículo, com os quais dialogarei para amparar o desenvolvimento deste trabalho em aspectos teóricos relativos como Willian Pinar, Alice Lopes, Inês Barbosa de Oliveira, Maria Luiza Süssekind.

As minhas intenções originais foram alteradas, centrando-se nas minhas experiências pessoais com a música e a partir daí algumas questões extraídas dessas experiências foram postas, inicialmente, e outras se definiram ao longo dos últimos semestres do curso através de disciplinas que me fizeram pensar sobre a minha prática enquanto professora de música, o que só pude fazer conscientemente depois da leitura de diversos textos na disciplina Currículo, nos encontros do Grupo de Pesquisa em formação de professores – GPPF –, sob a orientação e coordenado pela professora Maria Luiza e, mais especialmente, quando cursei a disciplina de Estágio em Formação de Professores do Ensino Fundamental onde pude ouvir as narrativas de quem realizava ou estava realizando currículos nos cotidianos da escola. Ali estavam

os relatos das práticas de toda a teoria que os textos explicitavam, no decorrer da elaboração do trabalho pude deixá-los brotar, fazer sentido dentro dos meus novos conhecimentos, como nos ensina Santos “A ecologia de saberes baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento” (SANTOS, 2007, p.23).

Optei, então, como alternativa seguir pistas a partir de conversas e relatos mais gerais sobre a criação da Lei 11.769 e sobre o movimento de profissionais para a sua criação e, em especial, as condições existentes de pessoal habilitado e infraestrutura das escolas, bem como as experiências musicais desenvolvidas através de Projetos Sociais fora do âmbito formal escolar, em comunidades mais pobres, com a participação de estudantes desta rede pública.

Tive contatos com professores conhecidos, com amigos e profissionais ligados à música, que me orientaram na busca de nomes para atender aos meus objetivos, o que me possibilitou realizar contatos e conversar com esses atores do cenário do ensino da música sobre as questões que me incomodam a respeito do tema e mobilizam minha pesquisa, o que se concretizou com três professores, dois deles de música e um professor regente, a saber:

O primeiro, um Professor do Projeto Social *A Escola de Música da Rocinha*, que participou do movimento pela criação da Lei 11.769; o segundo, outro Professor pertencente ao grupo que lutou para aprovação da Lei 11.769 junto aos deputados federais e o terceiro um professor da rede municipal que sempre utilizou a música no processo ensinoaprendizagem, tanto com os seus estudantes de Educação infantil como com os do Ensino Fundamental anos iniciais.

Creio na relevância desse tema devido a tantas transformações por que passam os currículos quando mudam os governos com suas orientações ideológicas, a exemplo da atual mudança em curso com essa proposta da Base Nacional Curricular Comum – BNCC. Não sei ainda qual o lugar que a música ocupará, espero que não seja ao desprestígio que vem sendo tratada por todos esses governos, ou seja, quando existir formalmente nas escolas que não seja apenas, como de costume, para cantar músicas em datas comemorativas, e sim que exista como um veículo que aproxima as culturas e diminuem as abissalidades.

Hoje acredito e defendo que todas essas transformações impostas por “novas” propostas curriculares não são determinantes para os resultados alcançados nas salas de aulas, já que cada dia é um dia diferente, pois estamos falando de seres humanos e de suas inserções sócio-histórico-culturais e psicológicas, portanto, para mim, currículo é o fazer diário, o acontecimento, é vivo e rizomático. Partilho da premissa defendida por Sússekind (2014), citando Pinar

“currículo é conversa, é autobiográfico, é historicizado e complicado não podendo ser entendido como um documento escriturístico que possa ser elaborado e aplicado na busca de um entendimento unívoco, ou, homogêneo e verificável mediante avaliações padronizadas”. (p.9)

E outros autores alinhados à mesma concepção de currículo e contra a BNCC

Do meu ponto de vista, não haverá esse currículo plenamente produzido numa dada direção, seja ela qual for. Sempre diferentes discursos – mercado, emancipação, cidadania, mundo em mudança, qualidade de ensino, adequação à globalização, saberes universais, conteúdos básicos, justiça social, igualdade, diferença – estarão disputando a significação do que vem a ser currículo e produzindo significações imprevistas (LOPES, 2015, p.457).

Tenho como premissa orientadora desse meu TCC o entendimento de que, *no ensino da música a ênfase deve ser na prática, na execução, porque a teoria em si mesma não produz música, ela sempre será mediada pela prática, como aprendizado simultâneo.*

Quero aqui apontar alguns aspectos, que me alimentam, a partir de minhas experiências com a música em todos esses anos, como estudante, como compositora, como cantora, como instrumentista e, especialmente, como professora no Centro Cultural da UERJ. Foi na somatória dessas vivências, como ser humano, como artista, como professora, que pude adquirir conhecimentos iniciais, aprofundar conhecimentos especiais e desenvolver profissionalmente experiências musicais.

Nas diferentes formas de abordar este tema, isto é, como temática de investigação, como abordagem específica em encontros, publicações, debates e outros - este trabalho pretende demonstrar que a música existe na natureza,

no vento, nos pássaros, na cachoeira, nos sons, em tudo o que tem vida, no ar que respiramos, no barulho das cidades e também no silêncio. A partir dessa identificação, penso que as crianças, desde então e quando adultas, sentirão que a música habita a alma e liberta os sonhos!

É importante ressaltar a importância para a criança desde o processo de musicalização ainda na educação infantil, da exploração do universo musical através de seus instrumentos, estimulando a sua percepção, a sua sensibilidade. Conforme nos afirma Aldo Furriel:

Nesta fase de ensino-aprendizagem, utilizei a oralidade e a expressão corporal para reter a atenção dos alunos, estes na faixa etária entre 04 e 05 anos. A música nesta etapa (Ed. Infantil), passou a ser a linguagem principal e permeava todas as outras linguagens desenvolvidas dentro e fora da sala de aula. Neste período, a música se fez constante, passando a ser parte do currículo na minha sala de aula. Neste segmento, os alunos ainda não dominavam o código da língua escrita e para fazê-los entender a função social da escrita, retornei com a experiência da construção do álbum seriado após a audição das músicas. Outras ideias me vieram à cabeça para trabalhar com os alunos a função social da escrita a partir da música cantada e escrita. Vieram as poesias, receitas, lista de compras, bula de remédio, todas as formas de escritas vistas a partir da linguagem musical. A música trouxe um formato novo às aulas e a ludicidade tomou conta da sala de aula. Ir para a escola tornou-se mais prazeroso para alunos e professor. (2016).

Para os pré-adolescentes, quando da oferta do ensino de música nas escolas públicas, que tenham interesse em adquirir este conhecimento, é importante estimular o prazer de tocar um instrumento, de cantar, despertando neles o gosto pela música, independente de pretenderem se tornar músicos.

(...) a música deve ser pensada como um dos fatores fundamentais para desenvolvimento cognitivo, emocional e intelectual do ser humano. Esta grande significância da música na vida do ser humano, só é possível devido a sua grande riqueza, tanto em termos *teóricos* quanto *interpretativos*. Até mesmo por que a humanidade está em constante mudança e tudo que não se mostra qualitativo, rapidamente é abolido e esquecido. Assim a música possui várias formas de linguagem, podendo ser apropriada e executada de formas distintas em lugares e contextos variados (Vivian, 2005, p.4).

Como nos afirma Sílvia Sobreira em palestra realizada no 5º Encontro de Gestão Educacional e Projeto de Extensão na UNIRIO

“Que o ensino possa ser feito até de maneira não disciplinar, como fazer as crianças gostarem de música que elas nunca ouviram; terem mais acesso às músicas de outras culturas [...] treinar percepção auditiva, eu acho importante, principalmente nesta fase do primeiro e segundo ciclo do fundamental.” (SOBREIRA, RJ, 2014)

O Brasil é um país com diversos estilos musicais, com uma vastidão de música folclórica, danças, tradições, comemorações, várias delas estão se perdendo pela falta da preservação.

Nesse sentido, enquanto observamos o fortalecimento da tendência de padronização curricular acelerada pela globalização dirigida para habilidades e competências culturalmente isentas, aquilo que é distintivo na vida nacional e que também é local, regional, tende ao quase apagamento. (PINAR, 2014, p.54).

Daí penso, desde que não seja imposto o conteúdo a ser ensinado, o ensino de música, das artes de uma forma geral, nas escolas contribui enquanto ferramenta de formação educacional e pode resgatar e fortalecer as tradições culturais quer sejam locais, regionais e/ou nacionais.

Também valores de cidadania, de solidariedade, de respeito às expressões culturais dos diferentes segmentos de classe social da população precisam ser mantida e preservada quando a utilizamos e a trazemos de volta para as novas gerações para que estas possam ser conhecidas.

A música auxilia na concentração nas aulas e nos estudos, no respeito ao outro, atributos indispensáveis aos estudantes. Na periferia das grandes cidades, há estudos que comprovam que a música, o esporte, a arte em geral, afastam a criança e o jovem da criminalidade, resignificando suas vidas e sedimentando juntamente com outras disciplinas, a formação da cidadania e sua importância na vida em sociedade. Tais oportunidades vão ao encontro das carências dos segmentos mais pobres que não têm acesso a atividades dessa natureza.

Entendo ser extremamente importante a possibilidade de música ser acessível nas escolas públicas, só a oportunidade de poder fazer música para aqueles que têm interesse já é por si só relevante construção de outras possibilidades de realizações de outras profissões e de que é possível ser um trabalhador da música, um produtor de música ou apenas um consumidor de diversos ritmos, tipos e estilos de música.

A música está presente em todas as etapas da nossa existência, desde que nascemos e até mesmo quando ainda somos aqueles seres protegidos dentro do ventre das nossas mães, e segue conosco por toda a vida. Mesmo em lugares distantes e sem acesso a tecnologias que tragam a música enquanto produto artístico, os povos cantam, o rio canta, a natureza produz sons, os animais cantam, enfim, a música é elemento presente na natureza cantante.

A utilização da música na educação infantil ajuda o aprendizado das crianças, inclusive sendo usada por alguns professores como ferramenta de alfabetização.

Comecei a utilizar a música nas séries iniciais, ao descobrir que esta acalmava os alunos. No entanto as músicas acalmavam-os por um curto espaço de tempo, apenas enquanto eu ou o CD tocava. Meu objetivo inicial era encontrar uma linguagem mais lúdica e dinâmica para reter a atenção dos alunos e a partir daí trabalhar melhor os conteúdos do núcleo comum. Percebi que toda vez que usava a linguagem musical, eles se concentravam mais nas aulas e davam o retorno cantando junto.

Usei diversos métodos: inicialmente trabalhei apenas a oralidade, cantando eu mesmo as músicas. Ao perceber que a atenção dos alunos ficava mais aguçada, passei a escrever a letra destas em papel pardo, montando assim um álbum seriado com as diversas músicas cantadas. Desta forma pude trabalhar com os alunos a função social da escrita, mostrando a eles que tudo o que falamos ou cantamos, pode ser escrito e tudo que escrevemos pode ser falado ou cantado. O trabalho com a música teve uma proporção maior que esperava, saindo da sala de aula e tomando toda a escola. (Aldo Furriel, 2016).

A música acalma, a música agita, a música aglutina, a música reflete a diversidade sociocultural dos povos, das regiões, dos países. Quanto mais cedo ela for incluída nos cotidianos escolares, mais pluralidade de estilos

encontraremos, se ela, claro, for usada com esse propósito pelo professor e pela direção pedagógica da escola.

A obrigatoriedade da disciplina do ensino de música no currículo tem sido acolhida com dificuldades pelos gestores, professores e, estudantes, considerando a carência de especialistas de música e condições precárias de trabalho, em geral, e específicas, como instrumentos musicais disponíveis, ambiente adequado para as aulas e atividades e outros aspectos como a descoberta das inúmeras alternativas que essa arte pode proporcionar às diferentes formas de aprendizagem, como, por exemplo, no ensino das línguas.

É importante trazer a música dos “diversos brasis” para a escola, para ser conhecida pelas comunidades escolares, como valorização da diversidade de expressão musical das diferentes regiões do Brasil. Aqui merece destaque a promoção de eventos culturais em datas específicas, como a festa junina, o bumba-meu-boi, o carnaval... o que já é feito em muitas escolas. Penso que promover a audição da música do estudante, da comunidade, da cidade onde ele está inserido, proporciona um ambiente onde a música pode se tornar uma importante aliada no processo de ensinoaprendizagem.

É muito curioso que mesmo um aluno que está na escola pública, e que lá ele não se estimula em estudar música, em muitos projetos sociais ele encontra esse estímulo, mas é porque no projeto você consegue montar uma estrutura que trata a música de uma maneira mais profunda, você cria um ambiente musical onde se respira música. (Gilberto Figueiredo – Coordenador do Projeto Social – Escola de Música da Rocinha).

Utilizar as disciplinas que são parte da música e que acontecem em grupo como a Prática de Conjunto, o Canto Coral, pode evidenciar o princípio da coletividade, de trabalhar em grupo, de ser ouvido e de aprender a ouvir o outro, de dar voz ao outro, se inserir no meio e continuar sendo diferente com seus tons e timbres, desejos e vontades, gestos, gostos, sotaques... Enfim, tudo que nos diferencia do outro e que na Prática de Conjunto ou na vida nos afina e nos limita, nos faz respeitar o espaço do outro, enquanto um ser igual nas suas diferenças.

Capítulo 1

1.1- O Ensino de Música nas escolas públicas do Brasil - breve histórico

Considero necessário apresentar um breve panorama sobre a relação da música com as escolas públicas, como base de referência de sustentação de minhas posições sobre esta temática, no sentido de pinçar alguns elementos que contribuem para analisar essa relação.

A presença da música era constante na corte brasileira, com Dom Pedro I, que era músico e compositor e, depois, Dom Pedro II, que era um incentivador das artes. É criado no seu governo o primeiro Conservatório de Música do Rio de Janeiro. Era um homem à frente do seu tempo, a quem nós brasileiros e, especialmente, o Rio de Janeiro deve muito pelo seu incentivo às artes. É exatamente em seu governo que se inicia o ensino de música nas escolas.

Entre as mais marcantes ações políticas relacionadas a propostas de implementação do ensino de música nas escolas podemos destacar: 1) a aprovação do Decreto n. 1.331 A, de 17 de fevereiro de 1854, primeiro documento que faz menção ao ensino de música na “instrução publica secundaria” do “Município da Corte” – cidade do Rio de Janeiro (Brasil, 1854, p. 61); 2) a nova configuração política estabelecida para a música na “Instrução Primaria e Secundaria do Districto Federal”, a partir do Decreto n. 991, já no Brasil republicano (Brasil, 1890); 3) a inserção e a prática do canto orfeônico como base para as aulas de música no ensino secundário, a partir de 1931 para o Distrito Federal – definido pelo Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931 (Brasil, 1931) – e a sua expansão para outras partes do país, a partir de 1942 com a criação do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico – Decreto n. 4.993, de 26 de novembro de 1942 (Brasil, 1942); 4) a definição de “atividades complementares de iniciação artística” como “norma” para a escola de educação básica, instituída pela LDB 4.024/1961, que não faz mais qualquer menção à presença do canto orfeônico na escola regular (Brasil, 1961); 5) o estabelecimento da Educação Artística como campo de formação nas diferentes linguagens das artes na escola, a partir da LDB 5.692/71 (Brasil, 1971); 6) a definição do “ensino da arte” como componente curricular obrigatório, estabelecido pela LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996); 7) e, finalmente, a aprovação da Lei 11.769, de 18 de agosto de 2008, que altera a LDB vigente, determinando o ensino de música como “componente curricular obrigatório” do ensino de arte (Brasil, 2008). Dessa maneira, é possível afirmar que no Brasil já temos uma trajetória histórica, educativa e cultural que nos permite uma reflexão crítica acerca de perspectivas e

caminhos concretos que possam subsidiar a inserção da educação musical nas escolas. Mas, mesmo considerando a trajetória de mais de um século, é evidente que as questões relacionadas à presença da música na escola e o debate em torno da sua inserção real na estrutura curricular da educação básica ganharam maior visibilidade a partir da Lei 11.769. (QUEIROZ E MARINHO, p.61)

1.2 - A criação da Lei 11.769 que obriga a inclusão do ensino da música na educação básica.

Como pontuei acima, *eu defendo a obrigatoriedade da oferta de disciplinas do ensino de música nas escolas, mas não a obrigatoriedade dos estudantes cursá-la, mas que seja uma disciplina curricular optativa.* Entendo que tal decisão facilitaria tanto o trabalho do professor como o aprendizado do estudante, porque evitaria a rejeição pelos estudantes de uma obrigatoriedade instituída, ao mesmo tempo que poderia propiciar a curiosidade e o desejo deles em conhecer esta nova oferta. Portanto, que fizesse a disciplina quem tivesse interesse, que fosse disponível para os estudantes um ambiente onde se respirasse música, uma sala ou mais salas reservadas para a música, que ali naquele espaço a música existisse com sua identidade. Daí o estudante só precisaria querer entrar, querer participar, a existência desse ambiente musical é importante para o aprendizado, para despertar o interesse dos alunos pela música.

O movimento para a criação da Lei 11.769 veio, principalmente, a partir de uma percepção da classe musical e dos professores de música também, da importância do ensino da música está assegurado nas escolas para todos, por acreditarmos que isso traz uma contribuição importante para a formação do jovem. (Gilberto Figueiredo – Coordenador do Projeto Social – Escola de Música da Rocinha).

Foi sancionada pelo Presidente Lula em 18 de agosto de 2008 a Lei Nº 11.769 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de música na educação básica de todas as escolas públicas e privadas. Como de praxe, foi concedido um prazo às escolas até agosto de 2011 para se adaptarem à nova lei, e assegurando condições de infraestrutura de equipamentos: instrumentos, salas, materiais como cds, aparelhos de som... e o principal, professores

especialistas. Só que esse tempo não foi suficiente, sendo solicitada pela Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM) ao MEC a extensão do prazo para adaptação das escolas à nova lei.

Como ainda não foi regulamentada a Lei 11.769, tudo está muito vago, ficando a critério das secretarias estaduais e municipais, articuladas com o projeto político-pedagógico das escolas, definirem como será realizado o ensino de música, se de uma forma multidisciplinar com outras disciplinas de artes como a dança, o teatro, ou apenas a disciplina de música. Como não foi estipulado o número de aulas por semana, a lei não determina se uma aula, duas, ficando tal decisão a critério de cada escola e da disponibilidade dos professores, o que é um aspecto positivo.

"É muito complicado impor um conteúdo programático obrigatório para as aulas de música, quando a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) nº 9294/96 privilegia a flexibilidade do ensino", diz Sonia Albano, diretora regional da Associação Brasileira de Ensino Musical (ABEM), para quem o mais importante seria trabalhar a coordenação motora, o senso rítmico e melódico, o pulso interno, a voz, o movimento corporal, a percepção, a notação musical sob bases sensibilizadoras, além de um repertório que atinja os universos erudito, folclórico e popular. (Revista Crescer, 2013)

Sob um ponto de vista, não determinar o conteúdo a ser dado no ensino da música é positivo, considerando as possibilidades concretas que cada região poderá favorecer à sua cultura local ajudando a preservá-la e apresentá-la às novas gerações. Um parêntesis: existem várias músicas do folclore popular que estão sendo esquecidas por falta de festas tradicionais que tragam de volta essas músicas.

O MEC recomenda que, além das noções básicas de música, dos cantos cívicos nacionais e dos sons de instrumentos de orquestra, os estudantes aprendam cantos, ritmos, danças e sons de instrumentos regionais e folclóricos para, assim, conhecer a diversidade cultural do Brasil. (Revista Crescer, Idem)

Como nasci no interior do Nordeste, sou pernambucana, cresci ouvindo muitas músicas do cancionário popular e do folclore em festejos juninos, pastoril, quadrilha, reizado e outras festas tradicionais que evocam a ciranda, o frevo, o maracatu, o caboclinho... Na minha experiência como musicista esse

contato prematuro que tive com a música ajudou a despertar a artista que já trazia comigo.

1.3 - A minha experiência com a música

Nasci no ano de 1965, no início da ditadura militar, quando a música, as artes e as disciplinas sociais deixaram de existir nas escolas dando lugar às disciplinas Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira. Estudei em escolas públicas até o Fundamental II, antigo Ginásio, não tive música em momento algum, por sorte fui salva pelos poemas lidos na disciplina Educação Artística.

A minha cidade, infelizmente, também não tinha música, não havia um coreto como em várias cidadezinhas do interior, ela foi um bairro de Garanhuns, não nasceu cidade, transformou-se depois. Em Garanhuns havia coreto e banda municipal. Lamento o sumiço das bandas municipais das cidades e fico pensando se esse espaço não poderia ser ocupado por bandas e grupos de música das escolas públicas. Tocar na banda era a materialidade do estudo de música nas escolas, senão como os estudantes seriam capazes de pensar que música poderia ser uma profissão?

Hoje as transformações por que passam as cidades e, conseqüentemente, as suas artes, deixam as coisas sem lugar, outras desaparecem, atualmente até as orquestras sinfônicas estão correndo risco de serem extintas. O poder do capital impera e imprime a sua marca na rapidez das mudanças, da coisa nova, do lucro rápido, daí as coisas não são feitas para durar, inclusive a música. Como nos afirma AGAMBEN: “A política contemporânea é esse *experimentum linguae* devastador, que desarticula e esvazia em todo o planeta tradições e crenças, ideologias e religiões, identidades e comunidades” (AGAMBEN, 2015, p.82).

A manutenção de algumas orquestras é considerada um luxo, bem como manter estímulos a bandas locais em cidades pequenas, mas acredito que pensar a comunidade tal, bairro tal, poderia ser visto como importante formar uma banda com os estudantes de música das escolas públicas de suas regiões, o que já alimentaria nos estudantes a vontade de tocar, de estudar

música, ou seja, frequentar as aulas ou participar de atividades com um estímulo real de uma prática, inclusive social, de alegrar a cidade.

Aqui no nosso projeto social a gente não está dentro da escola pública, da escola regular, mas nós estamos com os estudantes que estão na escola regular, aí a gente percebe claramente quanto o trabalho de formação musical contribui para a formação geral desses jovens. (Gilberto Figueiredo – Coordenador do Projeto Social – Escola de Música da Rocinha).

Fazendo uma retrospectiva da minha vida enquanto professora de música, considereei ser muito importante como conteúdo desta Monografia, discorrer sobre as minhas práticas de ensino de música, nas modalidades que tive. O primeiro ponto é que tive esta experiência mesmo sem ter passado por nenhuma disciplina que me ensinasse a dar aula. No meu primeiro curso superior Veterinária, apesar de ter sido monitora durante um ano, mas pela natureza do curso, não tive nenhuma orientação sobre a prática de ensino.

Situação diversa ao cursar Direito até o 4º período, quando tive nesses semestres, disciplinas das áreas das ciências sociais e políticas. Aí já foi o meu primeiro flerte com esse universo onde pude constatar a minha afinidade com estes conteúdos estudados, ou seja, a escolha de Veterinária foi um equívoco, por influência da minha família onde já havia dois irmãos veterinários. Foi nessa ocasião que a música entrou oficialmente de vez na minha vida e nunca mais saiu.

Fiz a minha formação em música, inicialmente, no Conservatório Pernambucano de Música, tudo muito erudito, tudo muito tradicional, então repeti essa prática quando fui professora de música particular para crianças, o que comecei ainda lá em Pernambuco. Agora, depois de estar cursando Pedagogia e de ter realizado os estágios obrigatórios e da leitura de diversos textos de Didática e de Currículo, concluo sobre como a minha prática era equivocada e em como devem ter sido enfiadas as minhas aulas.

Penso que aquelas crianças, meus estudantes, nenhum deles tenha se tornado músico porque eu realmente devo ter tirado todo o desejo deles de estudarem música, fazia aqueles exercícios intermináveis, muita técnica casada com teoria, aquela prática cansativa, nada lúdica, que para criança não

é nem um pouco atrativa. Hoje penso que poderia ter incluído músicas infantis, músicas do folclore, introduzido logo nas primeiras aulas, músicas simples de três/quatro acordes, músicas que eles gostassem, que tivessem algum significado para as suas vidas. Mas não, eu esperava que eles desenvolvessem uma técnica ao segurar o instrumento, a postura correta, em repetir exercícios para adquirirem uma habilidade em executar o instrumento. Também na leitura das músicas, já introduzia a teoria desde o começo, para só depois de algum domínio do instrumento e da escrita introduzir música, tal qual aprendi ensinei, ou seja, apliquei e valorizei o modelo no qual fui habilitada.

As músicas que eu utilizava, todas já eram com essa base teórica, nada no ouvido, nada os ajudando a desenvolverem essa percepção auditiva que é uma percepção criativa, depois essa percepção é que faz o estudante ter coragem de tocar na rua, na roda com os amigos. Vários se tornam músicos da noite ou profissionais que chegam no curso superior de música, porque aprenderam que esta pode ser uma profissão, a partir do momento que se veem materializando a música ou a música lhes dando remuneração como uma outra profissão qualquer, com suas facilidades e dificuldades, atropelos e encantos.

Ao impor tanta técnica e valorizar só o conhecimento científico europeu, eu impedia que os estudantes se expressassem e inibia neles qualquer demonstração da sua musicalidade inata, caso esta já existisse enquanto parte de sua inclinação musical.

Por outro lado, é preciso também reconhecer que ainda predominam ideias e práticas que mantêm o padrão de reconhecimento apenas daquilo que segue a tradição de identificação da cultura com a cultura europeia e de folclorização das demais. (OLIVEIRA, 2009, P.23)

Sinto exatamente isto por diversas vezes quando apresento minhas músicas típicas nordestinas, algumas pessoas as consideram menores, regionais, como se o regional não fosse universal. Diferentemente de quando eu apresento músicas elaboradas na tradição da música europeia e Jobiniana (com influência de Tom Jobim), consideram uma música superior e não raramente perguntam: “é sua mesmo?”

Talvez pela falta dessa música do dia a dia, a “música descompromissada com a técnica” é que eu nunca tenha tocado na noite, levei sempre a música

como um estudo para aperfeiçoar a compositora que desde cedo deu sinal na minha vida. Lembro bem das pessoas dizendo: “você estuda tanto e porque não toca para a gente?”

De fato, eu estudava, mas não exercitava aquela postura de permitir que alguém dissesse: “toca tal música que eu quero cantar”, ou mesmo convidar alguém: “canta que eu te acompanho”. Não, era tudo estudo, aquela coisa das peças, a leitura, isso, aquilo, formar uma técnica, embasar a teoria. Mas a gente precisa mesmo ser um trabalhador da música para gostar disso, porque uma pessoa que apenas quer cantar e tocar música como algo que lhe dá prazer, como a dança ou uma pelada de futebol, não vai querer ficar esse tempo estudando, quer apenas aprender o básico funcional, não quer ser profissional, só quer utilizar daquela arte enquanto uma atividade social ou um prazer individual e não essa coisa árdua do trabalhador braçal que é transformar os sons aprendidos, estudados, em belas melodias, fazer música, compor ou executar primorosamente um instrumento, mas outros tantos querem apenas como diz Caetano Veloso “como é bom poder tocar um instrumento”. E nesse aspecto com as minhas crianças eu errei por desconhecer outros conhecimentos, errei por ignorância.

Na ecologia de saberes cruzam-se conhecimentos e, portanto, também ignorâncias. Não existe uma unidade de conhecimento, como não existe uma unidade de ignorância. As formas de ignorância são tão heterogêneas e interdependentes quanto as formas de conhecimentos. (SANTOS, 2007, P.25).

Quando mudei para o Rio de Janeiro, continuei os meus estudos na escola Villa Lobos, também muito parecida com o Conservatório, e na Escola Pró-Arte nas Laranjeiras onde comecei a estudar a música popular brasileira e as disciplinas teóricas também voltadas para o popular, eu já tinha técnica e leitura. Então, não pude ter noção de como seria o ensino da música através das músicas que eu queria tocar, que tinham significados na minha vida, pois eu já sabia tocá-las, já lia música.

Pensando na minha prática e na obrigatoriedade do ensino de música na educação básica, continuo minhas reflexões sobre as práticas de ensino. No exemplo da música, a pessoa pode ser detentora de um alto conhecimento

musical e se propõe a ser professor de música e ponto. Só que não pode ser ponto, essa pretensão de ser professor tem requisitos, que lhe dão a condição de ser professor, isto porque nenhum conhecimento, nenhuma disciplina prescinde da compreensão do que é o processo ensinoaprendizagem.

Quer dizer, seja qual for a disciplina, seja qual for o conteúdo, precisa se revestir dessa condição de ensinoaprendizagem. O que isso quer dizer do ponto de vista formal é que em alguns cursos de licenciatura de música existem disciplinas da Pedagogia, como Didática ou Metodologia do Ensino, Metodologia da Pesquisa, entre outras, que objetivam a preparação pedagógica para exercer o magistério. Depois de ter as duas experiências, ter sido professora de música sem nunca ter cursado nenhuma dessas disciplinas e hoje com o meu entendimento sobre a importância dessas disciplinas para o estudante de música se tornar um professor, o horizonte de minha formação e de minha atuação profissional se modificou de maneira muito significativa.

Um profissional detentor de um conhecimento específico, a exemplo do músico, para exercer a atividade docente sobre seu conteúdo específico, necessita de uma aprendizagem também específica da área pedagógica que possa instrumentalizar o exercício didático desse profissional como docente.

Esta necessidade se explicita dessa maneira: como um profissional detentor de um saber pode assumir a condição de professor desse conhecimento para estudantes, na troca ensinoaprendizagem, nessa formação de rizomas e redes, onde o ensino requer também aprendizagem e que é sempre feita e refeita cotidianamente.

Portanto, é necessário que qualquer professor de qualquer área se prepare para que a sua função não tenha apenas a pretensão de transmissão de conhecimento, porque o conhecimento não é um ato passivo, é uma troca entre sujeitos com papéis diferenciados e que, juntos, produzem um determinado conhecimento referenciado por uma determinada orientação teórica. Dependendo da referência teórica do professor, essa troca ou essa comunhão na produção de conhecimento, é mais ou menos complexa.

Entretanto, nas muitas formas que assume o fazer pedagógico, esses modelos se misturam com a vida real, plena de formas diferentes de fazer e de estar no mundo diferentes, que incorporam as múltiplas culturas de origem de estudantes e professores

muito além dos grandes identificadores de pertencimento cultural, que costumam se limitar a oposições duais entre brancos e negros, homens e mulheres, inteligentes e não inteligentes, bonitos e feios, etc. Nas salas de aula que temos podido observar e acompanhar, pelas pesquisas nos/dos/com os cotidianos de diferentes escolas, percebemos redes de fazeres-saberes-valores múltiplos, contraditórios e mesmo antagônicos, às vezes, coabitando o espaço escolar e interferindo nas relações entre os sujeitos sociais e, portanto, nos processos de aprendizagem e de formação cultural de estudantes e professores (OLIVEIRA, 2009, P.20).

Quando o ensinoaprendizagem se dá de uma maneira, sob a ótica da transmissão do conhecimento, como se deu no meu caso, por exemplo em relação à matemática, apenas aprendi fórmulas e pouco aprendi a pensar matematicamente os problemas, ou seja, traduzir esses problemas para a linguagem matemática, produzir respostas para as questões a partir do que aprendi, com mecanismos adequados para a produção daquele tipo de saber. Credito isso à falta de uma metodologia de ensino, que nesse caso da matemática, seria em como interpretar os problemas, em como usar o raciocínio lógico.

Com a música pode acontecer algo semelhante, o professor por ter dificuldade em transmitir os seus conhecimentos, dará uma aula tal como se tivesse passando a fórmula de tocar um instrumento, de solfejar, que impedirá que aflore o lado intuitivo do estudante e, no caso das crianças, o seu lado lúdico.

Nesse caso e em outras disciplinas, não seria só uma fórmula mecanicamente aprendida num quadro, num livro, numa apostila, o que estou querendo afirmar é que o ensinoaprendizagem é um processo que requer condições de desenvolvimento pedagógico em sala de aula. Logo, no caso do ensino da música, o professor sendo detentor de conhecimentos musicais ou até um excelente instrumentista, mas ele ao se relacionar com um grupo de estudantes, que está ali para aquela troca de conhecimentos, para aquela formação de rizomas, o professor tem que pensar numa metodologia que possa fazer com que o seu ensino se dê na prática dessa relação, “não há conhecimento que não seja conhecido por alguém para alguns objetivos. Todos os conhecimentos sustentam práticas e constituem sujeitos”. (SANTOS, 2007, p.27).

O que ocorre é que os estudantes, desde o início do curso Fundamental I já estão, de alguma maneira, envolvidos com a música, seja no samba, na igreja, no terreiro... Na outra etapa do ensino básico, este envolvimento é maior e, às vezes, de outra natureza, isto é, os estudantes já tiveram contato com a música, por tocar um instrumento, ou cantar, muitos deles já foram inseridos, de um certo modo, nesse universo musical, o que facilitaria a relação professor-estudante.

Portanto, penso ser fundamental para o estudante de Licenciatura em Música cursar algumas disciplinas da Pedagogia extraindo o máximo proveito delas. Tenho refletido muito e feito uma análise da prática musical, quando por sugestão da minha orientadora deste TCC, fui pensar mais na minha prática enquanto professora de música.

Na Escola em que considero que adquiri minha formação básica, o Centro de Aperfeiçoamento Musical – CIGAM, no Rio de Janeiro, cursei, basicamente, as disciplinas teóricas que me faltavam, com um método de ensino que deve ser seguido por todos os professores, mesmo considerando-se as particularidades dos professores e dos estudantes. Este método de ensino é reconhecido pela área da música como um método que tem dado excelentes resultados, visto que o CIGAM é considerada uma das melhores escolas de música do Rio de Janeiro.

Tive a alegria de ter sido agraciada por convite do Diretor desta escola, enquanto integrante de grupo de ex-estudantes com melhor desempenho e avaliação no curso, a fazer dois cursos para formação de professores, um em Harmonia e outro em Percepção, o que efetivamente os fiz nos anos de 2011 e 2012, respectivamente. Esta é uma estratégia utilizada pelo CIGAM, para valorização da “prata da casa”. Os estudantes que concluem os cursos são convidados a ministrar aulas eventuais como professores substitutos, até que possam ingressar no quadro efetivo de professores. Infelizmente, não pude vivenciar esta experiência, a não ser ministrando poucas aulas de substituição, devido à incompatibilidade de horários com o curso noturno de pedagogia.

A minha iniciação no universo do ensino de música deu-se no final dos anos 1990, com aulas de violão para crianças, ou seja, para crianças aprenderem a tocar violão nos seus passos iniciais. Mas eu não tinha a menor

ideia, não tinha o menor preparo, a menor noção de como fazer isso nessa relação de ensino-aprendizagem. De um lado, aquela criança de poucos anos que não sabia nada de violão e, de outro, eu como a professora que sabia tocar violão. Eu tinha aprendido com meu professor, mas eu não aprendi como dar aula, uma coisa é a aprendizagem teórica e que se expressa na execução de um instrumento, a outra coisa é com este instrumento eu querer que eu possa sem nenhuma intervenção metodológica, uma metodologia do ensino do violão, tornar esse meu conhecimento acessível para o outro, e não apenas repetir a prática de exercícios sem fim, dedilhado, escalas, arpejos, produzindo sons sem nenhum sentido musical para aquelas crianças.

Esse foi o primeiro equívoco, uma ignorância no sentido de desconhecer o como fazer, exatamente porque não aprendi diferente, tanto que só adquiri essa consciência agora neste trabalho ao pesquisar sobre a minha prática enquanto professora de música. Com o passar dos anos fui melhorando essa prática já como professora de adultos, e porque já tinha comigo a bagagem da artista que sabia, conhecia os resultados bons ou ruins, já havia tido acesso a conhecimentos advindos da formação teórica continuada e da experiência na relação profissional com colegas músicos.

Só hoje, na confecção deste Trabalho de Conclusão de Curso, olhando para trás, repensando a minha prática e me propondo a esmiuçar essa relação de professor de música no ensino público, comecei a pensar de que maneira poderia um professor, colocar em prática uma obrigatoriedade de lei, sem ter uma instrumentalização para desempenhar com competência tal função.

Esse processo de reflexão fruto de minha experiência como artista, de um lado, e de outro, da minha inserção no mundo da educação ao ingressar no curso de Pedagogia em 2012, adquiriu forma e aprofundamento para mim sobre as exigências e condições de como ensinar música, e que requisitos pressupõe o processo pedagógico de ensinoaprendizagem da música para crianças do ensino público.

Frente a essas minhas reflexões mais recentes advindas principalmente da minha inserção no Grupo de Pesquisa: Práticas Educativas e Formação de Professores – GPPF, é que se impôs como necessidade o relato e autocrítica dessa experiência como professora de violão para crianças.

Eu computo como uma experiência muito interessante e que hoje voltando ao passado, tornou-se uma referência para ver que o equívoco não era só meu, mas uma prática histórica, conservadora, tradicional de ensino de música, principalmente com as crianças, sem nenhuma ludicidade para tornar aquela prática prazerosa. Ressalto que se a criança tinha algum talento poderia se desenvolver, mas se não houvesse esse talento inato o aluno acabava criando uma verdadeira ojeriza ao instrumento.

A partir dessa experiência que hoje eu reporto como equivocada, ressalto que embora algumas crianças gostassem e tenham respondido bem às aulas, não tenho como avaliar hoje, como produto do ensino, se foi bom ou não, pois perdi o contato com elas e não sei se continuaram com o violão debaixo dos braços.

Ao longo do tempo, eu tive outras experiências em que pude vivenciar e compartilhar resultados, como os cinco anos de trabalho com música desenvolvido no Centro Cultural da UERJ - COART, de 2003 a 2007, onde inclusive, dois dos meus estudantes se tornaram músicos profissionais, tendo um deles como meu parceiro em algumas músicas e outros trabalhos até o presente.

Claro que há um diferencial em trabalhar com adultos, alguns deles já músicos profissionais e outros em fase de formação, pois, o foco é outro e eu já trabalhava bastante tempo com a música para saber avaliar o que poderia gerar ou não gerar resultados.

Ministrei a disciplina Prática de Conjunto, algo bem mais pretensioso, porque se propunha a ensinar estudantes com instrumentos diversos a tocarem juntos, ouvindo uns aos outros, complementando-se, solando quando fosse importante sobressair aquele instrumento e trabalhando coletivamente em busca de um resultado que tivesse significado para o grupo e para quem fosse nos ouvir.

Nessa experiência, eu já tinha um amadurecimento musical adquirido em diversos cursos e como artista, como compositora e cantora em shows no Rio e noutros estados, pude então, me utilizar de todo esse conteúdo na minha formação e fazer valer com sucesso nos processos de trocas, de formação de redes de conhecimentos com os estudantes que eram jovens, mas que alguns deles já eram profissionais.

Foi um período de muitas alegrias e fiz várias apresentações com esse meu grupo da disciplina Prática de Conjunto na UERJ, especialmente o mais importante, na Semana de Iniciação Científica. Também fizemos outras apresentações fora da UERJ, por indicação da direção da COART.

Inclusive, fiz ainda dois shows meus como artista em eventos internos no teatro Noel Rosa da UERJ. Afinal, quem faz música gosta disso, de ser ouvido, de se pôr à vista e a ouvidos, logo adquirindo aquela “alma de artista”, e porque não dizer: gostando de aplausos.

Capítulo 2:

2.1 - A importância da inclusão da Música no Ensino Básico

O primeiro registro do encontro da música com a educação no Brasil aconteceu entre 1658 e 1661, quando, pela “Lei das Aldeias Indígenas”, foi ordenado o ensino de canto. Este não se restringia somente às músicas religiosas e incluía as canções populares como as “modinhas” portuguesas. De lá para cá, muitos são os registros de tentativas de inserção da música na educação, mas aparentemente nenhuma delas teve representação. (Kassia Cáricol)

Em se tratando de um tema que entra novamente no currículo da educação como disciplina obrigatória através de uma lei ainda nova, as minhas questões estão amparadas na minha experiência enquanto musicista e muito em breve, também como pedagoga, além das minhas trocas com professores de uma forma geral e, principalmente, de música.

Nos textos e livros que li, nos encontros do grupo de pesquisa em currículo e nas observações e sugestões da minha orientadora.

Acredito na importância do tema para o momento atual, que busca uma educação mais comprometida com estímulos para manter os jovens nas escolas e, neste aspecto, disciplinas que trabalham com o emocional, com o lúdico, como a música, o esporte, a dança, o teatro... desempenham um papel importante, e também, com dimensão política, pois muitas vezes estas artes e esportes resgatam a dignidade de estudantes, dando a alguns uma motivação e sentido de vida além de uma intervenção política na realidade social.

Enfatizo também que o ensino de música pode vir a ajudar os estudantes na concentração, na socialização, no desenvolvimento cognitivo e emocional e também no pensamento lógico. Poderá ser uma excelente disciplina na relação interdisciplinar com outras, que exijam o que a música ajuda a desenvolver no estudante, portanto, estudantes que cursam esta disciplina têm facilidades com matérias afins.

Em razão da tamanha demanda por professores necessários para cumprir a lei, muitas das escolas estão vulnerabilizando o professor de artes ensinando música. Ou seja, apenas trabalhando, por exemplo com algumas cantigas de roda, com música, não serão respondidos os objetivos da lei, isto é, o ensino da música propriamente, por assim dizer, a sua prática melódica, em relação com a cultura popular brasileira. Penso que essa lei sem a quantidade necessária de professores capacitados para essa disciplina, poderá ocasionar, entre outros efeitos, uma disputa entre os docentes

Contudo, sem sombra de dúvidas, penso que a expansão do ensino de música para as escolas trará, a meu ver, a revalorização da nossa música, em especial a música popular brasileira, tão respeitada internacionalmente e, atualmente, tão renegada por brasileiros.

Pesquisando o tema e por ser novo não encontramos ainda dados sobre os impactos da lei e de como as redes estão lidando com a demanda. De alguma maneira, o ensino de música, até porque ainda não houve a regulamentação da lei, pelo que pude colher nos diálogos realizados e nas pesquisas bibliográficas, o processo praticamente se estancou do ponto de vista dessa regulamentação. Isto porque, entre outras razões, está dependendo de entendimentos entre as Secretarias envolvidas e a comunidade escolar.

Silvia Sobreira, sobre a obrigatoriedade do ensino da música (Lei Nº 11.769/2008) nos diz:

“Não quero gente na minha sala sendo obrigada a estudar música, porque pra mim música tem que ser um ato de prazer, de generosidade, eu estou ali para proporcionar uma outra dimensão, para novas experiências.” (SOBREIRA, RJ, 2014)

Contudo, a obrigatoriedade do ensino de música nas escolas foi uma demanda antiga da classe artística junto ao poder Legislativo

A Lei 11.769/2008 guarda como característica fundamental que a distingue de todas as outras Leis sobre Educação Musical o fato de ter se originado de um movimento da sociedade civil que encaminhou a demanda ao Congresso Nacional, e no prazo de 18 meses logrou a aprovação e sanção da Lei. Esse processo insere a Lei 11.769 com essa particularidade, sem precedentes, na história da Educação Musical no Brasil. (Felipe Radicetti, 2016).

Porém esta lei se assemelhou muito com a criação de várias leis no país, bonitas e fundamentais, mas só no papel, na prática entra na inércia e na burocracia que engessa o Estado brasileiro, o que explica que até a presente data, esta lei ainda não foi regulamentada, oito anos depois da sua criação.

Sou completamente favorável à educação integral, e sobretudo defendo a possibilidade de permanência das crianças que precisam em tempo integral pois, existe uma demanda da sociedade, em especial das classes populares, hoje os filhos destas classes são basicamente criados com os avós pela dificuldade que as mães têm em deixar seus filhos e terem que trabalhar quase sempre como domésticas ou diaristas nas casas das classes médias e altas. Essas crianças precisariam estar melhor assistidas, quanto ao seu desenvolvimento educacional, esportivo, artístico, como preparação como cidadãos.

Existe uma demanda muito grande da sociedade de uma forma geral, nessa rapidez do mundo tecnológico, a necessidade de estar em vários lugares ao mesmo tempo, virtualmente falando, essas tecnologias chegaram também aos lares das classes populares e exigem uma resposta do governo para possibilitar a educação dessas novas crianças, da futura geração do país e para tanto há que se cuidar desde cedo da sua educação, da formação integral desses novos sujeitos.

Acredito nessa importância social do papel da cultura no desenvolvimento da criança e do jovem.

Quando você permite o acesso, a famosa democratização de acesso à cultura, quando você garante o acesso permite que as pessoas ampliem a sua visão de mundo,

as suas perspectivas, criem novos referenciais para a vida, novas relações, tudo se amplia, tudo é bom. Eu costumo dizer que é tão simples perceber que se a classe média e média alta investe para que os filhos estudem linguagens artísticas, línguas estrangeiras é porque isso é bom, senão eles não iriam investir nisso e se isso é bom a gente tem que abrir para todos, democratizar o acesso a todos. O filho do rico vai porque o pai e a mãe investem, quem não tem dinheiro pra ir tem que ter acesso garantido por verbas públicas, então os projetos sociais cumprem esse papel. (Gilberto Figueiredo)

É importante ouvir essas crianças quando forem inseridas nesse tempo integral, não deve existir a obrigatoriedade de fazer determinada disciplina como se todas fossem disciplinas básicas, mas sim dar oportunidades de escolha das diversas atividades, esportivas e artísticas, que preencham não só o espaço e o tempo dessas crianças, mas também que lhes deem prazer.

É extremamente importante que seja estabelecido o espaço do diálogo com os pais dos estudantes e, principalmente com os próprios estudantes, como ressalta Manhães sobre a importância de assegurar o espaço do diálogo:

Não estando assegurado de antemão, esse espaço de diálogo pressupõe inventar experiências pedagógicas que reduzissem a assimetria docente/discente no próprio movimento, uma postura de escutar, escutar novamente, escutar sempre, que vai entrelaçando saberes e fazeres. (MANHÃES, 2008, p.93)

É fundamental esse diálogo com toda a comunidade escolar, sobre o espaço da escuta na educação em tempo integral, o que os estudantes querem estudar e o que poderá ser oferecido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é um país plural, com uma diversidade de povos e culturas como poucos, ou talvez, quase nenhum no mundo, daí não valorizar e não preservar esses estilos, todas as suas múltiplas e ricas manifestações do seu folclore e riqueza cultural seria uma grande injustiça com as futuras gerações.

A lei 11.769 que trata sobre a obrigatoriedade da música na educação básica, é uma lei nova, importante, porém levará alguns anos para a sua plena

efetivação devido ao número insuficiente de professores licenciados, em razão dos cursos de Música serem recentes em nossas universidades.

Houve uma multiplicação de cursos de licenciatura e de associados membros da Associação Brasileira de Educação Musical. Assim, a sanção da Lei apontou para uma possibilidade de oferta de postos de trabalho para os músicos que fizessem a licenciatura. Todavia, com o refluxo do processo, a tendência é o recuo progressivo. (Felipe Radicetti)

Inclusive, só recentemente, talvez devido à crise no mercado de trabalho, o músico que já atuava com música há muitos anos, só depois, muito possivelmente, devido à aprovação desta lei, resolveu fazer o curso de licenciatura em música e disputar mais essa frente de trabalho. Como nos afirma Norbert Elias “O desenvolvimento do mercado de música de alta qualidade tem, em geral, a mesma estrutura e direção, a mesma ordem sequencial que os mercados de outros tipos”. (NORBERT, p.40, 1995).

A profissão de músico, a exemplo de outras profissões, vem passando por diversas transformações, desde “a arte de artesão para a arte de artista” (Norbert Elias) e nos tempos de hoje, com a tecnologia transformando não só a produção como também as formas de acesso a essa arte, o músico se viu obrigado a procurar outras fontes de rendas e, em especial, algum emprego que garantisse uma renda fixa mensal, pois o um emprego formal para o músico é algo muito difícil nesses tempos de grande crise econômica, o que pode ser uma das razões para a procura do mercado docente.

O setor da música é talvez, uma das profissões que sofreram maior impacto nas últimas décadas. A profunda transformação da comunicação, notadamente com a expansão do acesso à internet, à invenção do mp3 e à troca de arquivos, a indústria fonográfica sofreu uma queda de arrecadação tão aguda que apenas as grandes corporações de comunicação puderam se manter vivas e buscar novos modelos de negócio. A precarização trabalhista do músico tornou-se tão grave que é possível falarmos de um acelerado processo de desprofissionalização. Alguns fatores têm sido capitais. Há uma mudança capital na fruição de música, nos modos de escuta; a incursão de público aos shows; às décadas de pirataria com o mp3 criou uma cultura global de que não é necessário pagar para ouvir música, as vendas de música

gravada apenas recentemente acusaram crescimento na internet, notadamente no streaming, enquanto o download e vendas estabiliza-se. É um tempo em que, devido à popularização dos meios de produção - é possível gravar um CD com razoável qualidade em casa - o excesso de oferta de música gravada e de performance (shows) não encontra mais público consumidor. Há mais lançamentos de artistas e obras do que é possível ser absorvido pelo mercado e mesmo o cenário musical das cidades. O único setor musical que mantém crescimento é o de trilha sonora e a produção de música para games. Esse cenário indica não apenas uma mudança profunda de cenário ou de modelo de negócio; houve uma mudança nos modos de escuta e de consumo. O que já foi percebido como crise é hoje uma realidade consolidada. A natureza da cena e do mercado da música mudou. Os músicos terão de mudar, a começar pela visão que têm da natureza de seu trabalho. (Felipe Radicetti, Nov, 2016)

Propostas para a aplicabilidade dessa lei têm sido debatidas levando-se em conta a diversidade brasileira, mas é quase um consenso a necessidade da música nas escolas como uma excelente parceira e facilitadora da aprendizagem, especialmente nos primeiros anos da educação infantil e no primeiro segmento do ensino fundamental.

Propostas que, definidas de acordo com as diferentes realidades educacionais do Brasil, permitam estabelecer, de maneira abrangente, um cenário musical educativo coerente, consistente e contextualizado com o que se almeja para a formação plena do indivíduo. (QUEIROZ E MARINHO, P.61)

Nesse aspecto, as escolas através de seus projetos político-pedagógicos podem promover atividades literárias e culturais que contribuam para a formação de uma consciência da necessidade da preservação da cultura popular.

Penso que os cursos de Pedagogia e de Música deveriam estabelecer uma parceria formal em termos de troca de ideias e propostas para a regulamentação e execução da lei 11.769, como uma das possibilidades de contribuição da academia para as escolas públicas.

No caso da UNIRIO, penso que há uma necessidade urgente de estreitamento das relações entre os dois cursos, de Pedagogia e de Música, no tocante aos currículos, a atividades específicas de troca de experiências sobre

os conteúdos curriculares, estágios, disciplinas optativas e outros aspectos. Por exemplo, a existência de projetos e atividades em áreas de pesquisa direcionados para os primeiros anos da educação pública fundamental ajudaria o professor como trabalhar com música em sala de aula nesses primeiros anos, como ferramenta da parceira do ensinoaprendizagem.

Tentarei dar uma continuidade a esse tema depois da graduação por acreditar na relevância da minha pesquisa para a educação no seu sentido mais amplo, visando ao alargamento do horizonte da formação escolar e por acreditar que educação e música devem andar juntas.

Refletir sobre essa minha experiência e o que ela me proporcionou em termos de consistência e solidez profissional na minha trajetória, foi determinante para eu ter adquirido a consciência atual do quanto já caminhei nessa estrada musical.

Com a conclusão do curso de Pedagogia eu poderei vivenciar o meu exercício profissional como pedagoga nas atividades de ensino, gestão, coordenação e supervisão pedagógica, e ao fazer o curso de mestrado em música, como é minha pretensão, lecionar música, articulando as áreas de música e educação, além de também, desenvolver outras atividades como pesquisa, coordenação, desenvolvimento de projetos sociais e outras atividades afins.

BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim: notas sobre a política* / Giorgio Agamben; tradução Davi Pessoa Carneiro – 1. ed. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. – (FILÔ/Agamben)

Associação Brasileira de Educação Musical – ABEM
<http://abemeducacaomusical.com.br/artsg2.asp?id=20>

BRASIL. Lei n.11.769 de 18 de agosto de 2008. Brasília, DF: MEC/SEF, 2008.

CÁRICOL Kássia. Panorama do Ensino Musical. Revista eletrônica A música na escola.

<http://www.amusicanaescola.com.br/pdf/PanoramaEnsinoMusical.pdf>

DUPIN, Viaviam S, *O Ensino de música em escolas públicas: contribuições da educação musical para o desenvolvimento dos alunos na escola regular*. Revista Educare vol. 1. ISEIB Montes Claros – MG, 2005.

<http://iseib.com.br/educare/images/musica-viviam.pdf>

ELIAS, Norbert. *Mozart, sociologia de um gênio*/ Norbert Elias; organizado por Michael Schröter; tradução, Sergio Goes de Paula; revisão técnica, Renato Janine Ribeiro. – Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

LOPES, Alice Casimiro. *Por um currículo sem fundamentos*. Linhas Críticas, vol. 21, nº 45, maio-agosto, 2015, pp. 445-466. Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.

LOUREIRO Alícia, M. A. *O Ensino da Música na escola fundamental – um estudo exploratório*. Dissertação de Mestrado PUC Minas Gerais. 2001.

http://server05.pucminas.br/teses/Educacao_LoureiroAM_1.pdf

LÜDKE, Menga. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas* / Menga Lüdke, Marli E.D.A.André. [2. Ed]. – Rio de Janeiro: E.P.U.,2013.

MANHÃES, S.C. Luiz. *Rede que te quero rede: por uma pedagogia da embolada*. Inês Barbosa de Oliveira e Nilda Alves (orgs.). *Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas – sobre redes de saberes*/Inês Barbosa de Oliveira e Nilda Alves (orgs.). Petrópolis: DP et ali, 2008. – Cotidiana e Pesquisa em Educação.

OLIVEIRA, B. Inês. *Docência na Educação Básica: saberes, desafios e perspectivas*. Contrapontos – Vol. 9 – pp. 18 - 31. Itajaí, 2009.

PEREIRA, M. LLÍTSIA - *Educação Musical na Escola Pública: Um Olhar Sobre o Projeto “Música Para Todos”* – Dissertação de Mestrado, Porto Velho– Núcleo de Ciências Humanas / Universidade Federal de Rondônia, 2011.
http://www.mestradoeducacao.unir.br/downloads/2306_educacao_musical_na_escola_publica_28dez11.pdf

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva; MARINHO, Vanildo Mousinho. *Práticas para o ensino da música nas escolas de educação básica. Música na educação básica*. Porto Alegre, v. 1, n. 1, outubro de 2009. ISSN 2175 3172
http://www.abemeducacaomusical.com.br/revista_musica/ed1/pdfs/5_praticas_para_o_ensino.pdf

REQUIÃO Luciana. *“Eis aí a Lapa...”: processos e relações de trabalho do músico nas casas de shows da Lapa.* / Luciana Requião. – São Paulo: Annablume, 2010.

REVISTA EDUCAR PARA CRESCER – março de 2013

<http://educarparacrescer.abril.com.br/politica-publica/musica-escolas-432857.shtml>

RODRIGUES Carmen. A. M. e ROSIN Sheila M. *A importância do ensino da música para o desenvolvimento infantil*
http://www.crc.uem.br/pedagogia/documentos/carmen_rodrigues.pdf

SANTOS, Boaventura de S. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *IN: Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78. Coimbra, outubro, 2007.
<https://rccs.revues.org/753>

SOBREIRA, G. SILVIA - *Disciplinarização da Música e Produção de Sentidos sobre Educação Musical: Investigando o Papel da Abem no Contexto da Lei Nº 11.769/2008*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação- PPGE, 2012.

http://www.educacao.ufrj.br/ppge/teses/Tese_Silvia_Garcia_Sobreira.pdf

SOBREIRA, G. *Inserção do ensino de música Educação Básica: desafios*. Palestra sobre o tema “Filosofia na sala de aula” realizada no 5º Encontro de Gestão Educacional e Projeto de Extensão. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro: UNIRIO, novembro / 2014.

SÜSSEKIND, Maria Luiza. *Quem é..William F. Pinar?* / Maria Luiza Sússekkind: Prefácio Antonio Flávio Moreira. – 1. ed. – Petrópolis, RJ: De Petrus et Alli, 2014.

_____. As (im)possibilidades de uma base comum nacional. In: *Revistas PUC São Paulo* V.12, n.3, 2014.

<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/21667/15917>

Depoimentos:

Aldo Furriel. Professor do ensino fundamental, com especialização em Educação Infantil, Avaliação educacional e institucional, MBA em Gestão Pública e Políticas Públicas.

Cláudio Bergaminni. Músico, Professor e Diretor do Centro de Aperfeiçoamento Musical – CIGAM.

Felipe Radicetti. Músico carioca, compositor, arranjador, organista, mestre em Música pela UNIRIO, premiado criador de música para cinema, teatro e produções para comerciais.

Gilberto Figueiredo. Músico, Professor e Coordenador da Escola de Música da Rocinha desde 1995.